



## DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE MARAPANIM/PA

### CHALLENGES OF IMPLEMENTING LAW 10,639/2003 IN PUBLIC SCHOOLS IN THE CITY OF MARAPANIM/PA

Ewerton Domingos Tuma Martins<sup>1</sup>

#### RESUMO

Esta pesquisa fez parte do trabalho de conclusão do curso de especialização em história e cultura afro-brasileira pela Uniasselvi/SC e busca analisar quais os principais entraves no processo de implementação da lei 10.639/2003 em escolas públicas de ensino fundamental na região do Salgado Paraense, especificamente no município de Marapanim/PA, parte integrante da região amazônica. Para isso, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre os processos de implementação da Lei no Brasil, seguido de reflexões e vivências como docente em escolas públicas desta região. Como metodologia foi realizado uma etnografia escolar, entre anos de 2018, 2019 e o início de 2020, em turmas do ensino fundamental, nas disciplinas de história e estudos amazônicos. Este estudo se faz relevante, pois analisa os desafios da implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em escolas públicas, desvelando que, mesmo após quase duas décadas da homologação da Lei, muitas dificuldades ainda podem ser encontradas no cotidiano escolar. Como pressupostos teóricos, utilizamos os estudos de Freire (1996), Fernandes (2007), Dantas (2012), Loureiro (2015), Munanga (2020) e Silva (2007). Como resultado tivemos a oportunidade de observar experiências exitosas e a permanência de alguns empecos nas dinâmicas de implementação da Lei 10.639/2003 no município de Marapanim/PA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino. Afro-Brasileira. Implementação.

#### ABSTRACT

This research was part of the conclusion work of the specialization course in Afro-Brazilian history and culture by Uniasselvi/SC and seeks to analyze what are the main obstacles in the process of implementing Law 10.639/2003 in public elementary schools in the region of Salgado Paraense, specifically in the municipality of Marapanim/PA, an integral part of the Amazon region. For this, a bibliographic survey was carried out on the processes of implementing the Law in Brazil, followed by reflections and experiences as a teacher in public schools in this zone. As a methodology, a school ethnography was carried out between the years 2018, 2019 and the beginning of 2020, in elementary school classes, in the subjects of history and Amazonian studies. This study is relevant, as it analyzes the challenges of implementing Law 10.639/2003, which makes the teaching of Afro-Brazilian History and Culture in public schools mandatory, revealing that even after almost two decades of the Law's approval, many difficulties can still be faced. found in school life. As theoretical assumptions, we used the studies of Freire (1996), Fernandes (2007), Dantas (2012), Loureiro (2015), Munanga (2020) and Silva (2007). As a result, we had the opportunity to observe successful experiences and the permanence of some obstacles in the dynamics of implementing Law 10.639/2003 in the municipality of Marapanim/PA.

**KEYWORDS:** Teaching. Afro-Brazilian. Implementation.

---

<sup>1</sup> Especialista em Docência no Ensino Superior (UNIASSELVI/SC). Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira (UNIASSELVI/SC). Licenciado em História (UVA/CE), Licenciado em Pedagogia (FABRAS/DF). Professor de História e Estudos Amazônicos do ensino fundamental no município de Marapanim/PA. E-mail: [ewertontuma@yahoo.com.br](mailto:ewertontuma@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A pluralidade das sociedades contemporâneas direciona as instituições educacionais para a análise e estudo conjunto de uma diversidade de temas bastante complexos que se relacionam entre si, como a ética, as diferenças étnicas, diferenças culturais e de gênero. Hoje estas instituições educacionais passam pelo desafio de trabalhar tais temas seguindo os princípios dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's de Pluralidade Cultural, devendo respeitar e valorizar “as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional” (BRASIL, 1997, p.121).

Diante do exposto, as escolas e secretarias de educação e toda e qualquer instituição educacional (de ensino), seja no âmbito Federal, Estadual ou Municipal, tem um papel fundamental no esclarecimento, implementação e difusão das Leis que versam sobre a diversidade. A partir da instituição da Lei 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (9.394/96) com a inserção dos artigos 26 A, 79 A e 79 B, tornou-se obrigatório o ensino tanto para a rede pública, quanto para a rede privada da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003).

O estudo da História e Cultura Afro-Brasileira objetiva explicitar a luta dos negros em território brasileiro, a cultura negra no Brasil e o negro na sociedade nacional, confirmando assim a contribuição do negro africano e brasileiro nas áreas econômicas, políticas e sociais na história da formação do Brasil.

A Lei 10.639/2003 tornou-se um marco importante no reconhecimento da diversidade sociocultural brasileira, na medida em que reverbera epistemologias da História e Cultura Afro-Brasileira. Apesar de assegurada a Lei, passados dezoito anos de sua aprovação, desafios e dificuldades continuam sendo observadas em todas as esferas da educação. Assim, visando estudar os desdobramentos e implementação da Lei em um espaço de vivências, esta pesquisa analisa os principais entraves no processo de sua implementação em escolas públicas de ensino fundamental no município de Marapanim/PA, também conhecida como “região do salgado paraense” e tem seu acesso pela estrada PA-138.

Para a realização desta análise, foi feito um levantamento bibliográfico sobre a Lei 10.639/2003, além de uma etnografia escolar, como abordagem teórica-metodológica, para entender as interações, diálogos de saberes e fazeres nas ações pedagógicas. A observação participante ocorreu entre anos de 2018, 2019 e o início de 2020, em turmas do ensino fundamental (6º ao 9º), nas disciplinas de história e estudos amazônicos.

Este estudo se faz relevante, pois analisa os desafios da implementação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em escolas públicas, desvelando que mesmo após quase duas décadas da homologação da Lei, muitas dificuldades ainda podem ser encontradas no cotidiano escolar, como podemos observar neste trabalho.

Deste modo, na seção 2, fazemos um balanço dos aspectos da Lei 10.639/2003 e das contínuas dificuldades provenientes da sua aprovação. Na seção 3, apresentamos experiências exitosas e empecos na aplicação da Lei 10.639/2003 no Município de Marapanim/PA. Em 4, destacamos a importância da memória na (re)descoberta das identidades. Na seção 5, refletimos sobre a educação como viabilizadora de mudanças sociais. Como resultado de pesquisa, tivemos a oportunidade de observar experiências exitosas e a permanência de alguns empecos nas dinâmicas de implementação da Lei 10.639/2003 no município de Marapanim/PA.

## **2 ASPECTOS DA LEI 10.639/2003 E AS CONTÍNUAS DIFICULDADES PROVENIENTES DA SUA APROVAÇÃO**

Conseqüentemente novos desafios e dificuldades para a implementação desta Lei se configuraram a partir da aprovação da mesma em todas as esferas da educação. Para que os conteúdos programáticos possam ser aplicados, um dos primeiros desafios do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira é o da formação do corpo docente. Os temas pertinentes ao âmbito da Lei em questão têm a tarefa de enfrentamento e desconstrução do mito da igualdade entre as raças (democracia racial), buscando fazer a análise histórica válida das questões raciais existentes no ensino nacional fugindo da historiografia europeizada. Logo, será então a falta de formação continuada específica de professores, gestores, diretores, secretarias, conselhos e todos desde pessoas físicas a jurídicas neste âmbito, um dos vários entraves para a implementação da Lei 10.639/2003.

Devemos atentar ao fato de que a Lei 10.639/03 não somente agregou novos conteúdos ao currículo escolar, como também gerou uma verdadeira reviravolta sobre como se pensar as relações socio-étnico-raciais, mudando toda uma dinâmica de procedimentos educacionais, ações pedagógicas e revelando ainda a necessidade de mudança de objetivos na educação trabalhada pelas instituições de ensino. A Lei propõe o dismantelo da visão estereotipada da cultura afro-brasileira e traz a tona a memória da contribuição do povo negro, mas que desta

vez não é restrita somente a música, dança e culinária, vai além para explicitar a contribuição negra nas áreas sociais, econômicas e políticas no âmbito da construção/formação do Brasil.

A escola é onde a sociedade é formada, onde os seres sociais são guiados para o convívio em grupo, logo a Lei 10.639/2003 necessita ainda hoje, quase duas décadas após sua instauração, se apropriar deste espaço de construção social que é a escola, incorporando, mesclando a ela, seus valores sobre respeito e diversidade étnico-racial na quebra de paradigmas e desconstrução de conceitos tradicionalistas. Para reforço destas ideologias de igualdade e harmonia, o parecer do Conselho Nacional de Educação-Conselho Pleno-CNE/CP. N.º 03/2004, faz menção não só a uma etnia, mas sobre outras no intuito de combater a discriminação em suas várias ramificações.

[...] propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento Étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada (BRASIL, 2004. p. 2).

“Desconstrução” é a palavra que expressa as dinâmicas implícitas na Lei 10.639/2003 e a sua busca pelas vicissitudes a partir do momento em que ela rompe com a educação elitista. É preciso entender que toda e qualquer ação que busque reparação no sentido da criação de medidas de amparo a grupos que historicamente foram excluídos socialmente, seja pela cor, raça, religião, etnia, gênero ou qualquer outro motivo, não atenderá aos anseios e necessidades de um grupo específico, mas sim de todos aqueles que mesmo possuindo suas particularidades e distinções em relação a outros, de alguma forma foram destratos, desumanizados e discriminados ao longo de sua história.

### **3 EXPERIÊNCIAS EXITOSAS E EMPEÇOS NA APLICAÇÃO A LEI 10.639/2003 NO MUNICÍPIO DE MARAPANIM/PA**

Na região do salgado paraense, mais especificamente no município de Marapanim/PA, observou-se ações exitosas e certos empecos na implementação da Lei 10.639/2003. Sobre as boas práticas podemos destacar o aprimoramento das feiras culturais, oficinas e projetos escolares que dão abertura a inserção de conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira.

Uma interessante ação coletiva observada nos espaços escolares foi registrada no mês de novembro de 2019, na “Semana da Consciência Negra”. No período que a antecede, verificou-se o empenho de diferentes profissionais na organização de debates e atividades inter/transdisciplinares sobre a temática. Esse momento, pode ser considerado de grande êxito em relação a aplicação da Lei, pois em prática, muitos profissionais que fazem parte do círculo educacional precisam dar a sua contribuição no evento, seja com músicas, figurinos, conteúdos, poemas, culinária ou reflexões sobre protagonistas negros em diferentes esferas sociais. Não poderíamos esquecer da existência de um grupo significativo de indivíduos que não se envolvem diretamente na atividade, contudo, pelo contexto da semana e a pausa na rotina curricular da escola, acabam se envolvendo direta ou indiretamente.

Sobre os empecos no município, podemos destacar questões relacionadas a falta de formação continuada, não só dos professores, mas da comunidade escolar, no entendimento da Lei, bem como a sua aplicabilidade no currículo escolar, além da falta de direcionamento das instituições públicas para a sua efetivação.

Durante este processo relacionado a Semana da Consciência Negra, em linhas gerais, pelo menos três tipos de professores puderam ser observados. Neste artigo destaca-se a figura dos docentes como iniciadores de um processo produtivo específico. Quanto aos tipos docentes, podemos citar: o inovador, o tradicional e o irresoluto. Estes foram de fundamental importância para os rumos que o trabalho coletivo tomou a partir de seus entendimentos sobre o tema.

A Semana da Consciência Negra, no mês de novembro, acontece simultaneamente nas escolas do município de Marapanim/PA para celebrar o Dia da Consciência Negra. Uma semana de debates e elaboração de temas relevantes para haver culminância no último dia desta semana. O fato de se dedicar a este evento quatro dias voltados a elaboração e estruturação para haver culminância no quinto dia da semana já se mostra como sendo uma experiência exitosa. Nas escolas em que pudemos estar presentes no ano de 2019, verificamos o papel do docente inovador contribuindo para a quebra de paradigmas. O inovador é aquele que possui uma formação continuada a nível de cursos de extensão universitária e em média pelo menos uma especialização. Sua formação acadêmica se deu no período dos anos de 2010, porém há casos de formações mais antigas. Este tipo de profissional demonstrou ter consigo o compromisso da desconstrução de uma história tendenciosa na busca de um equilíbrio social a partir de uma educação libertadora (Freire, 2009). Dentre estes destacamos as atuações de professores de história, geografia, estudos amazônicos, língua portuguesa e professores de arte. Estes Inovadores são alguns poucos com uma visão menos desgastada pelas jornadas exaustivas de

trabalho dentre outras dificuldades do cotidiano escolar do município. Tais profissionais se interessaram em vasculhar as bibliotecas das escolas em busca de livros com relevância ao tema tratado, alguns pouquíssimos materiais foram encontrados, fazendo assim que estes docentes buscassem conteúdos na internet na ânsia de suprir suas necessidades e, por final, atendendo às suas expectativas. Desta forma deu-se o processo de conscientização de alunos envolvidos diretamente nas atividades e isso foi fundamental para que essas atividades tivessem êxito. A partir daí os demais alunos e o público em geral puderam receber essas informações de forma mais satisfatória.

Na contramão deste fluxo, encontramos o docente tradicionalista, aquele que não buscou uma formação continuada, não se ajustou as mudanças ao seu redor, não se interessou em qualificar a si mesmo em seu ofício. Este, tem uma formação que advém ainda do período ditatorial do país ou mesmo do recente pós-ditadura, o que lhes conferiu o alicerce autoritário da educação que desconsidera o discente como capaz de ser crítico no sentido de argumentar sobre os temas narrados pelo docente. Sobre este tipo de atuação profissional Freire (2005) nos diz o seguinte:

Narração de conteúdos que, por isto mesmo, tendem a petrificar-se ou a fazer-se algo quase morte, sejam valores ou dimensões concretas da realidade. Narração ou dissertação que implica um sujeito – o narrador – e objetos pacientes, ouvintes – os educandos. Há uma quase enfermidade da narração. A tônica da educação é preponderantemente esta – narrar, sempre narrar. Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem-comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente, a suprema inquietação desta educação. (FREIRE, 2005, p. 65).

O tradicionalista, neste processo, foi um entrave engessador das dinâmicas propostas para esta Semana, sendo contrário a inovações e práticas mais elaboradas no sentido de poder diversificar e facilitar o principal objetivo do evento que é o de se fazer uma reflexão sobre a importância do povo africano e de sua cultura no Brasil, suas contribuições diversas ao longo da história de forma a desmistificar a visão europeizada destas contribuições.

O terceiro tipo de docente identificado foi o irresoluto. Profissional de formação acadêmica, em média durante os anos 90 e 2000, nem sempre com formação continuada e, quando pudemos verificar tais continuidades, foram na maioria a nível de cursos de extensão e basicamente com o intuito somente de somar ao seu próprio currículo profissional, não levando em conta a aplicabilidade prática destes conhecimentos. Este profissional dentro dos processos de estruturação e organização da Semana da Consciência Negra, foi de fundamental importância, pois apesar de manter-se em uma inércia inicial ante aos acontecimentos, por um



perfil talvez um pouco mais flexível e até de formação mais recente em comparação aos mais tradicionalistas, teve uma afinidade maior com os Inovadores dando a estes o apoio necessário para a realização do evento.

É válido ressaltar novamente que estamos tratando destes perfis docentes em linhas gerais e que a grande maioria das escolas onde estivemos na região em questão em 2019, houve a prevalência de Semanas da Consciência Negra que se resumiram tão somente ao cumprimento de uma ação burocrática. As atividades exitosas, podemos dizer que se resumiram a 20% das escolas visitadas. O que é um percentual bastante ínfimo ainda para a aplicação de uma lei que entrou em vigor no ano de 2003, neste caso a Lei 10.639/2003.

Sobre a importância do papel de cada um de nós nesta construção, a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, diz o seguinte:

Como se vê, é complexa, mas não impossível, a tarefa de tratar de processos de ensinar e de aprender em sociedades multiétnicas e pluriculturais, como a brasileira. Abordá-los pedagogicamente ou como objeto de estudos, com competência e sensatez, requer de nós, professores(as) e pesquisadores(as): não fazer vista grossa para as tensas relações étnico-raciais que “naturalmente” integram o dia-a-dia de homens e mulheres brasileiros; admitir, tomar conhecimento de que a sociedade brasileira projeta-se como branca; ficar atento(a) para não reduzir a diversidade étnico-racial da população a questões de ordem econômico-social e cultural; desconstruir a equivocada crença de que vivemos numa democracia racial. E, para ter sucesso em tal empreendimento, há que ter presente as tramas tecidas na história do ocidente que constituíram a sociedade excludente, racista, discriminatória em que vivemos e que muitos insistem em conservar (SILVA, 2007, pag. 492, 493).

É inegável que a aplicação da lei 10.639/03 é de suma importância para a criação de uma sociedade mais igualitária e cada ser social é importantíssimo para a mudança social no que diz respeito aqui sobre o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Entendemos neste recorte que o docente carrega além da responsabilidade cidadã, a responsabilidade de orientar a formação de futuros cidadãos e cidadãs.

#### **4 A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA (RE)DESCOBERTA DAS IDENTIDADES**

O sentido à vida é dado primordialmente entre outras coisas, através da memória. Preservar a memória de um povo é mantê-lo vivo e uma forma de fortalecer suas raízes, é tirar o véu da sobreposição histórica de alguns povos sobre outros. A preservação da memória é a criação da identidade individual a partir da visão diversificada e da análise do coletivo.

A construção das identidades grupais, logicamente também está relacionada à questão da memória, já que é ela que permite que cada geração em seu tempo, estabeleça vínculos com as gerações passadas. Tanto no plano individual como no plano coletivo, a memória de alguma forma é preservada, transformando o passado em um guia que nos orienta para enfrentar as incertezas futuras.

A chamada “Nova Educação”, que desde a Escola dos Anales, é a parte da historiografia que busca nutrir a educação com informações que diferem do senso comum e da historiografia tradicionalista e elitista que narra uma “história vista de cima para baixo”, isso quer dizer que era uma história onde os personagens das camadas populares ficavam de fora ou eram simplesmente tratados por estes autores tradicionais como meros coadjuvantes sem funções de mudanças históricas significativas para a sociedade, como a exemplo no Brasil os escravos africanos, índios brasileiros, imigrantes pobres europeus e posteriormente os descendentes de todos estes povos individualmente e também de suas misturas que conhecemos hoje como “diversidade étnica”.

O papel fundamental da nova educação é poder fazer uma revisitação do passado de forma diferenciada aos tradicionalismos, buscando dar visibilidade aos excluídos. A história dos movimentos populares, história vista a partir de baixo ou a história da gente comum, é uma nova forma de análise que segue no sentido de ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, taticamente aceita ou menciona apenas de passagem na principal corrente da história.

Tais personagens tinham suas experiências ignoradas ou não eram considerados problemas históricos, ou no máximo, considerados pessoas comuns. A história vista de baixo para cima é, portanto, uma ferramenta para tentarmos compreender as novas perspectivas das investigações históricas, na busca da análise dos esquecidos, dos pobres, daqueles à margem das produções tradicionais.

O historiador e intelectual britânico Eric Hobsbawm (1998) foi um dos autores ligados a “nova educação” que contribui para a solidificação deste tipo de análise.

[...] Tal como no passado uma de nossas tarefas é descobrir as vidas e pensamentos das pessoas comuns e resgatá-las daquilo que Edward Thompson chama de “*enorme condescendência da posteridade*”, assim, no presente, nosso problema é também a o de desnudar as suposições igualmente presunçosas daqueles que pensam saber o que são fatos e as soluções, e que procuram impô-las as pessoas (HOBSBAWM, 1998. p. 225).



Eric Hobsbawm (1998) aponta a importância desta microanálise no saber das entrelinhas não contadas pela história oficial e nos deixa atentos ao fato de que para que haja a preservação dessa memória é preciso revisitar a história fazendo uso de diversas produções historiográficas que possam vislumbrar vários pontos de vista.

Os erros e acertos do passado ajudam a entender melhor o presente e a planejar ações futuras que possam contribuir para o melhoramento do convívio social readequando os seres para este convívio, para que colaborem entre si para o crescimento coletivo com respeito às suas diversidades independentemente de suas raízes étnicas.

## **5 A EDUCAÇÃO COMO VIABILIZADORA DE MUDANÇAS SOCIAIS**

A educação atualmente é tida como fator primordial para combater as desigualdades étnicas, o preconceito e a discriminação racial recorrente no Brasil. É um dos principais instrumentos de intervenção podendo modificar as dinâmicas sociais no sentido de levar um povo rumo ao crescimento socioeconômico e cultural em busca da harmonização.

Brasil, um país que hoje se destaca por ter a maioria da sua população negra, chama a atenção também por ter raízes bastante diversificadas na sua formação, que além do negro africano, contou ainda com o europeu e os povos indígenas originários da região. Cada povo contribuiu, com sua particularidade, para a formação do povo brasileiro e sua pluriculturalidade.

[...] a questão fundamental que se coloca hoje é o reconhecimento oficial e público dessas diversidades que até hoje estão sendo tratadas desigualmente no sistema educacional brasileiro, além dos portadores dessas identidades de resistência ser ainda vítimas dos preconceitos e da discriminação racial, até da segregação racial de fato (MUNANGA, 2008. p. 3).

A escola é o espaço de criação de seres sociais saudáveis para composição de uma sociedade saudável. A escola e a sala de aula são os lugares de exercício do papel social dos professores e dos alunos, ambas surgem assim, pelo fato de ser um ambiente de interiorização de normas em que o livro didático é o ponto comum entre o professor e o aluno onde o método tradicional é implícito no cotidiano de ambas as partes devendo este ser extravasado, ultrapassado para as várias formas de se analisar um determinado fato. O interessante é que o fenômeno do conhecimento ocorre a partir da troca de experiência entre estes personagens em relação ao mundo em que vivem. É preciso que se desnude a veracidade de que a educação é um veio que leva a adequação ao mundo competitivo atual para que melhor se possa viver nele, não deixando lacunas sobre a forma de traduzir a informação rápida em educação na busca da

criação de seres sociais saudáveis que possam pensar sobre o bem comum e assim não estimulando a individualidade excludente típica das sociedades atuais e seu modelo de desigualdade. O conhecimento tácito é aquele que é trazido de casa, aprendido nas relações familiares, no convívio com seus próximos. Segundo Paulo Freire (1996) estes conhecimentos precisam ser respeitados, a escola necessita respeitar o saber discente e agrega-lo ao processo de valorização e igualdade dos seres-humanos. Paulo Freire (1996) ainda versa sobre a necessidade de agregarmos aos conteúdos programáticos, questões relacionadas ao cotidiano dos alunos, questões como pobreza e desigualdade social não devem ser ocultadas na sala de aula, pois não é justo, ainda segundo Freire, que a própria vida desnude essas questões aos alunos diariamente de forma nociva e a escola não os possa explicitar como forma de munir os alunos com as devidas defesas. A criação das criticidades no corpo discente é papel fundamental para os docentes, haja vista a dominação de séculos de uma educação elitista, excludente e tradicionalista. O discente merece saber que pode ser mais do que uma estatística tradicional.

O Brasil é um País que preserva suas memórias de longa duração como, por exemplo, a “teoria da democracia racial”. Para Fernandes (2007) a democracia racial não passou de uma mentira criada no Brasil-Colônia, para justificar o que no fundo seria uma forma de manter a ordem escravista, que eram as inserções de mestiços nas famílias como forma de integra-lo a sociedade e promover uma imagem equilibrada e de igualdade entre as raças. O autor aponta ainda o fato de que este processo de tornar os mestiços “brancos” por meio da sua educação, vestimentas e convívio, era apenas para difundir a imagem do “negro de alma branca”, que no final era na verdade um ser domesticado para ser leal ao seu senhor (FERNANDES, 2007. p. 43).

A democracia racial não passou de uma forma de abrandar tais questões e mascarar as desigualdades. Esta prática ainda hoje é muito usada no Brasil por conta de uma memória coletiva, ainda perdura nas ideias individuais, inclusive de muitos docentes que ainda necessitam de preparo para lidar com a Nova Educação que ainda hoje sofre diversos desafios para atingir o “*status*” de viabilizadora de mudanças sociais. Dentre estes entraves podemos citar algumas barreiras que impossibilitam o avanço da Nova Educação como as velhas práticas da educação tradicionalista e a existência de paradigmas impostos por esta educação, a falta de respeito ao conhecimento discente, o medo da criação da criticidade dentre outros no mesmo âmbito. Para que o discente possa pensar, o docente precisa pensar, pois só assim poderá dar caminhos para que seus alunos possam por si só decidir com sabedoria sobre seu próprio futuro.

## 6 PRINCIPAIS DESAFIOS NA APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003

A Lei 10.639/2003 acabou por nos apontar falhas ao longo destas quase duas décadas após sua homologação. Mesmo que a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e ainda a Lei 11.645/2008, que acrescentou o ensino indígena, sejam atualmente de conhecimento geral das escolas, ambas têm ainda diversas dificuldades para sua real implantação para fazer parte do dia-a-dia da “rotina” educacional.

Conforme pude observar trabalhando no município de Marapanim/PA desde 2018 até o início de 2020 e fazendo uso dos conteúdos oficiais para o ensino fundamental-séries finais, os livros didáticos ainda hoje, apesar do esforço em tentar se difundir a história e a cultura afro-brasileira, sofrem com a falta de conteúdo e uma melhor organização. Ainda é perceptível nestas produções, independente da editora que a produza, uma linearidade e preocupação com a preservação do modelo de historiografia europeizada. Por mais que estas produções já tenham avançado bastante em relação ao auge do ensino tradicionalista, inclusive citando autores como Marc Bloch, Lucian Febvre, Eric Hobsbawm e Michel Foucault, a Nova Educação parece ainda não ter acertado nos ingredientes corretos que possam facilitar a vida dos docentes interessados em esclarecer/revelar as raízes da formação do povo brasileiro.

A partir do ano de 2003 e por pouco mais de dez anos, o Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE e através do Programa Nacional Biblioteca na Escola-PNBE Temático, esforçou-se incessantemente no sentido da produção de diversos livros organizados por autores renomados, cientistas sociais e outros estudiosos no âmbito da proposta da Lei 10.639/2003. Os organizadores traziam ali textos de outros autores com temáticas inegavelmente relevantes e indispensáveis para que novos aprendizados e novas visões de mundo pudessem ser vislumbrados, tanto por docentes quanto por discentes. Contudo, no município de Marapanim/PA, estes livros em muitos casos jamais saíram das bibliotecas das escolas por onde passei e que pude notar também que isso se dava pela falta de uma administração realmente comprometida com estas variedades temáticas de discursos inclusivos. A falta desse direcionamento administrativo por parte das direções das escolas, a meu ver, pode causar um distanciamento e até mesmo o não encontro do professor com estas produções. Por outro lado, verifiquei que muitos docentes que já sabiam da permanência destas produções nas bibliotecas das escolas, simplesmente não tinham interesse pelas temáticas regionalistas referentes à sua própria região, as temáticas indígenas e as temáticas no âmbito da História e da Cultura Afro-Brasileira.



No tópico três deste artigo, pudemos observar em linhas gerais alguns tipos de profissionais que trabalharam em torno da estruturação e organização de uma atividade coletiva. Destacamos aqui novamente a figura do docente tradicionalista. Sobre este profissional, Freire (1996) aponta o uso de um autoritarismo extremo, que normalmente é usado para criar uma “nuvem de fumaça” ante ao fato de serem desqualificados para tratar com determinados temas e mesmo quando tinham domínio destes, traziam consigo os vícios da antiga “educação bancária”, a educação tradicionalista que moldava seus docentes para a prática da superioridade sem se importar com os saberes tácitos discentes.

Paulo Freire (1996, pág. 102) nos esclarece que o professor também precisa de “segurança, competência profissional e generosidade”, onde entendo que a segurança vem através do aperfeiçoamento contínuo e a generosidade é fundamental para que o profissional possa conseguir transmitir seus conhecimentos aos alunos de forma a provocar criticidade.

O professor que não leva a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estar a altura da sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. Isto não significa, porém, que a opção e a prática democrática do professor ou da professora sejam determinadas por sua competência científica. Há professores e professoras cientificamente preparados, mas autoritários a toda prova. O que quero dizer é que a incompetência profissional desqualifica a autoridade do professor (Freire, 2016. p. 103).

O que fica claro na citação acima é que a “incompetência profissional” não está ligada somente ao grau de instrução, mas também ao mau comportamento do professor/professora em relação aos alunos e que a “autoridade” neste âmbito não se refere a questão opressora do docente para com o discente, mas da autoridade de poder voltar para si a atenção necessária para a transmissão de conhecimento. Paulo Freire (1996) ainda ressalta que o processo de produção de conhecimento e o despertar da busca por este e a relação de proximidade entre o passado histórico e presente, caracterizam-se em níveis de complexidade, exigindo revisão e construção constante de saberes e métodos por parte dos educandos.

[...] Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, às curiosidades, às perguntas dos alunos, às suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento. (FREIRE, 1996, p. 52)

O autor nos explicita acima a necessidade da formação continuada, mas que também as barreiras do preconceito, do tradicionalismo e da falta de interesse precisam ser quebradas não só por parte dos docentes, mas também por parte das instituições e produções didáticas, caso

contrário não haverá avanço da nova educação libertadora, esclarecedora, sobre a velha educação “bancária”, tradicionalista.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda hoje neste ano de 2021, dezoito anos após a sua homologação, trabalhar com o uso da Lei 10.639/2003 para o ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira, não é uma das tarefas das mais fáceis, mesmo para quem deveras se propõe a fazer isto. Lidar com saberes que ainda hoje parecem distantes da realidade de um povo, mesmo sendo este povo em sua maioria composto por descendentes de africanos, percorre a passos lentos um caminho longo e tortuoso.

Com base em pesquisas bibliográficas, no acompanhamento da política atual e agregando minha própria experiência laboral na educação no município de Marapanim/PA, pude fazer aqui um levantamento dos temas que nesta análise, ainda geram entraves para a implementação da Lei 10.639/2003. A síntese disto se dá pela falta do interesse institucional, e quando falo isso busco falar de todas as instituições desde as federais até as municipais e todo e qualquer instituição que se organize de forma coletiva em prol da educação, a falta de um corpo docente menos “acomodado” com a situação atual em relação a referida lei, principalmente professores de história, cientistas sociais, pedagogos e outros neste âmbito. Outro grande problema é a falta de estruturação de temas no livro didático, onde o “lado de fora” parece sempre ficar reservado a temas sobre África, racismo ou comportamento, que por sua vez, parecem estar fadados ao rótulo de “temas transversais”. A história e a Cultura Afro-brasileira, a prática do respeito ao outro, o saber ensinar conteúdos respeitando o que é intrínseco ao discente, são questões que já deveriam estar no conteúdo dos livros didáticos de forma aprofundada, pois estes ainda assumem um papel de destaque no universo escolar, inclusive nas memórias de pais e responsáveis de alunos e da comunidade de modo geral, que tem este como um dos livros mais importantes e de mais fácil acesso aos alunos.

Sempre costumo dizer e não deixo de compartilhar isso com meus alunos, que a educação é o caminho para a construção de uma sociedade mais saudável intelectualmente, mais tolerante, mais educada no sentido de respeitar o outro, o espaço do outro e tudo aquilo que diz respeito ao outro. Sempre fortaleço a ideia de que cada um tem seu direito desde o sorrir até o chorar, porém o meu direito jamais pode se sobrepor ao direito do outro. Cada ser-social tem seu direito limitado pelo direito do próximo. Busco exemplificar isso fazendo uso do dito popular que diz: o meu direito acaba quando começa o do outro. Em seguida passo a ilustrar

isso, a partir da simplicidade cotidiana próxima destes alunos, formas de fazer com que eles possam assimilar melhor seus papéis na sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Cristina. ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **A valorização do povo negro no cotidiano da vida escolar**. Belo Horizonte: MAZZA, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9394, de 26 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Lei Nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, 2003.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004**. Disponível <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 23/06/2020.
- DANTAS, Carolina Viana; MATTOS, Hebe; ABREU, Martha. **O Negro no Brasil: Trajetórias e Lutas em Dez Aulas de História**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. 2 ed. São Paulo: Global, 2007.
- FILHO, Walter Fraga. **Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição**. Cadernos — trabalho e política, Cad. AEL, v.14, número 26, 2009. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2560/1970>. Acesso em: 21/06/2020.
- FRAGA e ALBUQUERQUE. **Uma história da cultura afro-brasileira**. São Paulo: Moderna, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 49º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- HOBBSAWAM, E. In: **Sobre a história**, São Paulo: Companhia de Letras, 1998.



LOUREIRO, Antonio. **A escravidão na Amazônia**. Disponível em <https://www.franciscogomesdasilva.com.br/a-escravidao-na-amazonia/>. Acesso em 15/06/2020.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: contexto, 2012.

MUNANGA, K. **Por que ensinar a África na escola brasileira?** Disponível em [http://www.capeiravadiacao.org/attachments/250\\_Porque%20ensinar%20a%20C3%80frica%20na%20Escola%20Brasileira%20-%20%20kabengeleMunanga.pdf](http://www.capeiravadiacao.org/attachments/250_Porque%20ensinar%20a%20C3%80frica%20na%20Escola%20Brasileira%20-%20%20kabengeleMunanga.pdf). Acesso em 19/06/2020.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

**Enviado em: 02/07/2020**  
**Aprovado em: 12/05/2021**